**Conferência Interparlamentar | Património Cultural Europeu**

20 de novembro de 2018, Bruxelas

**Painel III****: Património Cultural e Educação**

**“Património, Educação, Ciência – contributos para o reforço da Identidade Europeia”**

Intervenção:

“*Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos.*

*Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir*”.

Assim escreveu Saramago, José (Prémio Nobel da Literatura, em Cadernos de Lanzarote - 1994).

Celebrar o Ano Europeu do Património Cultural é reconhecer a nossa memória coletiva. É afirmar a nossa responsabilidade na exaltação das memórias.

Mas é, também, assumir a apropriação da educação e da ciência como caminhos íntegros do conhecimento patrimonial. Um património marcado pela diversidade. Uma diversidade cultural de povos e de regiões.

É uma herança nossa, vinda dos nossos antepassados. Mas será, também, o nosso legado para as gerações futuras.

Portugal é um país aberto ao Mundo, com uma história e uma diáspora que se estendem a todos os continentes, com laços afetivos que o ligam intensamente à Europa.

Mas é, reconhecidamente, um país aberto aos Direitos Humanos. Um país apostado em tornar a educação cada vez mais inclusiva, em fortalecer a literacia e a cidadania, em construir o futuro para todas as gerações.

É nestes propósitos que Portugal considera a cultura como um dos pilares da democracia e da identidade nacional. E assume, como imperativo constitucional, o acesso democrático à criação e fruição culturais.

Alcançar este desígnio, impõe-nos um trabalho continuado de preservação, recuperação e divulgação do nosso património, definindo, para o efeito, uma política cultural transversal, em particular com a educação e a ciência.

A educação exige, na sua magnitude, um trabalho metódico e permanente. Por isso, o reforço das artes e das humanidades na estrutura curricular do sistema educativo.

A mobilização da investigação e da ciência, a par da intensificação do uso das novas tecnologias e da digitalização de conteúdos patrimoniais, constituem ações primordiais para a valorização e reforço da nossa identidade cultural e social.

E contribuem, de forma indelével, para o aprofundamento da democratização no acesso à cultura a públicos de todo o mundo, e que deve ser entendido como um direito universal.

A valorização da cultura centra-se em inúmeras ações e diversos projetos dirigidos a todos os setores culturais. Contudo, destaco a implementação do Plano Nacional das Artes, que será dirigido ao público escolar, à semelhança do que já é feito com o Plano Nacional de Leitura e o Plano Nacional do Cinema.

Cumprir esta missão convoca-nos a desenvolver e intensificar um trabalho em rede entre a Administração Central e Local e entre os diversos agentes públicos e a sociedade civil.

O Património Cultural da União Europeia é a nossa identidade comum. É, efetivamente, a nossa Identidade Europeia. É a âncora de um triângulo virtuoso, cujos vértices são a Educação e Ciência, os Cidadãos e o Património Cultural.

Constituindo a educação um fator incontornável do desenvolvimento humano, económico e social, político e cultural, o que esperamos da Escola, enquanto espaço privilegiado do conhecimento, é, conforme recomendado pela UNESCO, que seja promotora de uma educação global, e também garante de equidade e justiça social.

Uma educação para a cidadania, onde se privilegie educar, para capacitar, sobretudo os mais jovens, em idade escolar, a melhor conhecerem o significado dos seus recursos históricos e patrimoniais. Educar para preservar, e para integrar esses recursos na vida quotidiana. Educar para apropriar os valores culturais e patrimoniais.

As sinergias entre a educação e as políticas públicas para o património cultural existem. Mas ainda não são suficientes, nem estão suficientemente estruturadas para se tornarem úteis quer à educação, quer à cultura ou ao Património Cultural.

Precisamos de cooperar mais. Precisamos de cooperar melhor. Precisamos de ser capazes de aprofundar esta cooperação, para a qual a partilha de conhecimento, de aprendizagens, de valores, de recursos, será estimuladora do trabalho em rede.

Nesta era de globalização e universalização deixou de haver culturas estanques e a aposta incide, cada vez mais, no respeito mútuo e no diálogo intercultural e civilizacional, ancorados nos Direitos Humanos e numa busca incessante para alcançar a paz.

Ao comemorarmos os 70 anos da Declaração Universal Direitos Humanos e 40 anos da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, a Europa deve ser esse Farol de luz na área cultural e educativa, porquanto a cultura e conhecimento elevam o espírito e humanizam-nos.

Nunca a Europa precisou tanto de uma ação política mais humana na senda dos princípios que a forjaram.

Estamos todos convocados para reforçar a nossa Identidade Europeia, assente num Património Cultural comum e na liberdade que ela pressupõe.

Termino, citando Camus, Albert (Prémio Nobel da Literatura, 1957)

 “*Sem a cultura, e a liberdade relativa que ela pressupõe, a sociedade, por mais perfeita que seja, não passa de uma selva. É por isso que toda a criação autêntica é um dom para o futuro*”

*Maria Augusta Santos*

Deputada da Assembleia da República, 8ª CEC-GPPS